

## **AGRICULTURA FAMILIAR, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL E A POLÍTICA NACIONAL DE ATER**

**César Nunes de Castro**

Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

**Caroline Nascimento Pereira**

Doutoranda em Economia (Universidade Estadual de Campinas), bolsista da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

As primeiras formas institucionalizadas de serviços públicos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) surgiram nos Estados Unidos e na Europa no final do século XIX e no início do século XX. No Brasil, a origem dos serviços de ATER se situa em finais da década de 1940, quando foi criada a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) no estado de Minas Gerais em 1948. O objetivo desse trabalho é o de analisar a evolução do serviço de ATER no Brasil ao longo do tempo e sua relação com a agricultura familiar, culminando com considerações sobre a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). O segmento da agricultura familiar foi comparativamente negligenciado pelas diversas esferas governamentais ao longo do processo de modernização da agricultura brasileira, que se inicia no final da Segunda Guerra Mundial. Esta falta de apoio era generalizada para todos os aspectos dos processos produtivos agrícolas, desde o acesso à terra até a comercialização da produção. Para atender a demanda histórica desse segmento, o Governo Federal criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1995. Apesar do PRONAF atender a uma demanda reprimida dos agricultores familiares por crédito, diversas outras demandas desse segmento não foram atendidas, entre elas o acesso a serviço de assistência técnica específica para esse público. Após o desmonte da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) em 1989 muitos estados brasileiros deixaram por completo de possuir instituições prestadoras de ATER pública ou passaram a ter instituições quase falidas. As mudanças propostas pela PNATER a um sistema praticamente extinto são muitas e são inovadoras. A construção efetiva desse novo Sistema de ATER pública ainda está quase toda por ser feita.

Reconstruir pelo menos em parte essa capacidade, construir parcerias com entidades não-estatais com esse objetivo, ao mesmo tempo incorporando novos conceitos no processo constitui tarefa nada trivial. Há dúvidas sobre a capacidade estatal em conduzir essa empreitada, bem como quanto aos resultados que serão obtidos desse processo.

SUMÁRIO EXECUTIVO